



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

de Novaes Marques, Teresa Cristina
A Cervejaria Brahma e os investimentos alemães no Brasil durante as duas Guerras
Mundiais
História Unisinos, vol. 19, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 242-255
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866786012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Cervejaria Brahma e os investimentos alemães no Brasil durante as duas Guerras Mundiais

The Brahma Brewing Co. and German investments in Brazil during the two World Wars

Teresa Cristina de Novaes Marques¹

tcnmarques@unb.br

Resumo: O artigo explora a sustentação política da empresa Brahma nos contextos das duas guerras mundiais do século 20. A partir do caso da Cervejaria Brahma, discutem-se os bastidores dos embates da diplomacia do período das guerras e o tratamento político dispensado a empresas de nações inimigas em 1917 e em 1942. Traça uma comparação entre as políticas do Estado brasileiro destinadas a empresas ligadas a interesses estrangeiros no Brasil nos dois conflitos mundiais, além de oferecer sugestões para novas linhas de investigação sobre o tema.

Palavras-chave: Cervejaria Brahma, diplomacia comercial Brasil-EUA-Eixo, Guerras Mundiais.

Abstract: This article explores the political situation of Brahma Brewing Co. in the two World Wars of 20th century. It examines the backstage of the diplomatic conflict during the wars as well as the way the Brazilian government treated companies of enemy countries in 1917 and in 1942. It compares the policy of the Brazilian State towards business related to foreign interests in Brazil in both conflicts, and offers suggestions of new lines of investigation on the subject.

Keywords: Brahma Brewing Co., Brazil-US-Germany trade diplomacy, World Wars.

Apresentação

Retaliações comerciais marcaram as relações entre nações beligerantes desde o período moderno. Em particular, o estreitamento do intercâmbio comercial que decorreu da integração dos mercados na economia mundial do século XIX ofereceu meios para atingir de modo mais profundo os interesses mercantis de inimigos em caso de guerra (Crouzet, 1964).

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, o alcance dos interesses europeus nas Américas, o volume dos negócios e a presença de capitais em forma financeira ou industrial em outros países tornaram mais complexa a tarefa de asfixiar economicamente o inimigo, e até mesmo saber quais seriam os verdadeiros proprietários das empresas.

¹ Professora da Universidade de Brasília.

A própria definição de empresa estrangeira no Brasil não é simples. No passado, uma empresa era estrangeira se fosse sediada no exterior, estando sujeita, portanto, à jurisdição do país de origem. Com o tempo, a definição passou a se basear no peso dos interesses de indivíduos estrangeiros na empresa. Se estes prevalecessem, a organização seria considerada não nacional. Portanto, nos 1910, o capital era estrangeiro conforme o local de sede da empresa e, a partir dos anos 1930, na medida em que o discurso nacionalista se difundiu no sistema político brasileiro, uma empresa foi considerada estrangeira caso os seus sócios ou acionistas fossem majoritariamente nascidos em outro país.

Devido ao comportamento político discreto das redes do capital alemão em atuação no Brasil, sabe-se muito pouco sobre a dimensão e o alcance dos grandes negócios na indústria, no comércio e no transporte. Nem mesmo estudos recentes, como o de Stefan Rinke, dedicados aos investimentos alemães na América Latina no pré-guerra, aprofundaram a extensão desses interesses no Brasil (Rinke, 1996).

Em contrapartida, sabe-se muito mais sobre os investimentos ingleses no Brasil na Primeira República graças à importante contribuição de Ana Célia Castro (1979). Porém, devido ao período limite do estudo realizado por Castro, cuja amostra se encerra no ano de 1913, somada à natureza das fontes diplomáticas compulsadas pela autora, a presença do capital alemão é pouco registrada. É compreensível também que Castro enfatize os investimentos ingleses no Brasil, considerando a sua maior visibilidade na imprensa da época. Sem dispor de um porta-voz similar como Wileman, jornalista britânico que redigia o prestigioso jornal de negócios *Brazilian Review*, os investimentos alemães no Brasil se mantiveram distantes da mídia e adotaram comportamento ainda mais discreto após a Primeira Guerra.

Mas a verdade é que há duas dimensões da presença alemã no Brasil. Uma, de alcance regional, compreende os muitos negócios comerciais e manufatureiros conduzidos por imigrantes em estados com forte presença alemã, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, em menor medida, o Paraná. Esse aspecto é mencionado por Magalhães, sem constituir, no entanto, o cerne dos seus trabalhos (Magalhães, 1998, 2004). Outra dimensão diz respeito aos grandes investimentos na indústria, finanças, comércio e navegação, sediados no Centro-Sul. Sobre esses, sabemos pouco, e este estudo visa explorar algumas redes de negócio do capital alemão a partir de fontes diplomáticas norte-

-americanas, conjugadas a fontes internas de uma grande empresa, líder de setor, a Cervejaria Brahma.

A escolha do viés de pesquisa não é ditada por uma opção ideológica, mas por razões de ordem prática, uma vez que esse aspecto da história das empresas ligadas à comunidade de negócios alemã não tem sido suficientemente explorado muito em função da dificuldade de acesso aos arquivos remanescentes dessas empresas, bem como à política adotada pelo arquivo do Banco do Brasil de negar a pesquisadores o acesso ao seu acervo, a despeito de insistentes pedidos de consulta ao acervo histórico da instituição ao longo de uma década de pesquisa do assunto.² Tampouco a documentação preservada no arquivo Getúlio Vargas do CPDOC esclarece suficientemente os bastidores da diplomacia econômica do período 2ª Guerra. A fim de contornar essas dificuldades, lancei mão neste ensaio dos documentos produzidos nos anos 1930 que pude consultar no antigo Acervo Brahma, complementados por documentos produzidos pela embaixada dos Estados Unidos no Brasil, disponíveis no *National Archives*, de Washington, além de documentos publicados pelo Departamento de Estado norte-americano.³

Já afirmei que as autoridades brasileiras se ape- gavam a um critério jurídico de empresa estrangeira, enquanto os observadores britânicos e norte-americanos viam a presença alemã na economia brasileira sob um critério político. Com isso, sustento que esses observadores da cena brasileira tinham ampla motivação para acompanhar a expansão das redes de negócio do capital alemão no país e torná-las públicas, se necessário, ainda que não seja possível confrontá-los com a visão das autoridades brasileiras, dada a falta de documentação similar em volume e sistematicidade.

Sem pretender esgotar o tema, este estudo sugere linhas de investigação e examina alguns processos decisórios em perspectiva comparativa: o impacto dos dois conflitos mundiais sobre uma mesma rede de negócios, no caso, aquela que se irradia a partir da Brahma. Além dela, busca sugerir a futuros pesquisadores o exame de outras empresas sobre as quais há indicações de que suscitaram disputas políticas entre as autoridades brasileiras, os representantes diplomáticos dos Aliados e os responsáveis por tais empresas.

Insisto que não se trata de pequenos negócios de imigrantes, como pontos do varejo, manufaturas ou outras atividades de importância local, mas de empresas grandes empregadoras e geradoras de receitas fiscais, plenamente integradas nas entidades de defesa dos interesses empre-

² Esse quadro não se alterou com o advento da lei de acesso à informação.

³ Os documentos diplomáticos publicados pelo Departamento de Estado constituem uma seleção, por critérios próprios, da documentação produzida nas relações entre os EUA e os demais países. Essa publicação se chama FRUS (Foreign Relations of the United States), foi recentemente digitalizada e está disponível na internet (<http://uwdc.library.wisc.edu/collections/FRUS>).

sariais, além de ocuparem nichos estratégicos da economia brasileira, ainda bastante subindustrializada (Marques, 2014, p. 99ss.).

Parto da premissa de que, ao tempo da eclosão da Segunda Guerra, os investimentos alemães na economia brasileira iam do setor cervejeiro ao transporte aéreo e de cabotagem, a siderurgias, a bancos e seguradoras, além de, claro, os incontáveis pequenos negócios de imigrantes e seus descendentes (Seitenfus, 1985).

A Brahma constitui exemplo de empresa fortemente ligada ao capital germânico aplicado no Brasil que sofreu consequências políticas de dois conflitos mundiais no espaço de uma geração. Daí a importância de examinar o impacto das pressões diplomáticas sobre a cervejaria, de modo a conhecer melhor os bastidores das negociações diplomáticas entre o Brasil e os Aliados, além de situar acionistas e dirigentes da empresa nas tramas políticas que se urdiam também neste lado do Atlântico.

Examinando o impacto 2ª Guerra sobre os investimentos estrangeiros a partir da trajetória da Brahma, procurando saber se a nacionalização das empresas inimigas sob o governo Vargas foi realmente efetiva. Em termos metodológicos, o ensaio examina o problema do ambiente político e econômico nas duas guerras buscando articular a perspectiva da empresa com o quadro político geral do país. O exercício investigativo explora as razões pelas quais o Estado brasileiro adotou, em 1917 e em 1942, diferentes condutas com relação a empresas vinculadas aos interesses alemães no mercado brasileiro.

O artigo se desenvolve da seguinte forma. Primeiramente, considera-se a situação política e acionária da Brahma ao tempo da eclosão da Primeira Guerra, além da relação dos maiores acionistas da cervejaria. A segunda parte oferece a visão norte-americana sobre o posicionamento político dos dirigentes da Brahma e reconstitui a reação do governo brasileiro às pressões exercidas pelos representantes diplomáticos britânicos e norte-americanos entre 1941 e 1942, anos decisivos para o envolvimento do Brasil no conflito mundial. A terceira parte examina as manobras da direção da Brahma para se proteger do ambiente político crescentemente hostil. As considerações finais traçam o paralelo entre os efeitos da política do Estado brasileiro sobre a Brahma em ambas as guerras.

O impacto da Primeira Guerra sobre os negócios da Brahma

Até o final de 1913, a Brahma experimentava forte expansão nos negócios. Foram adquiridos novos equipamentos e novas unidades. A eclosão da guerra em agosto de 1914 na Europa acentuou a desaceleração

das vendas sentida desde o ano anterior, em função do declínio da economia da borracha. Altamente dependente de insumos importados, desde itens básicos na fabricação de cerveja – como cevada, malte e lúpulo – passando por uma ampla gama de produtos industriais sem similar no Brasil – de cortiça, objetos metálicos, a peças de reposição e manutenção dos equipamentos elétricos –, a Brahma sofreu de imediato o impacto da desvalorização do real. O encarecimento das importações se somou às dificuldades de navegação no Atlântico, que só se acentuaram nos três anos seguintes, levando a empresa a deixar os tradicionais fornecedores da praça de Hamburgo. A saída foi buscar malte e lúpulo canadense vendido em Nova York, mas isso tinha desvantagens. A tradicional relação comercial com os parceiros alemães, muitos deles também acionistas, envolvia o parcelamento dos pagamentos. Agora, os novos parceiros comerciais exigiam desembolsos à vista. Diante disso, a situação financeira da Brahma foi abalada pela redução no volume das vendas, pela elevação dos custos cambiais e pelo aumento do imposto sobre o consumo.

A enumeração dos problemas vividos pela empresa não pretende construir um quadro de colapso, pois a situação era de mero ajuste ao aumento de custos e à redução nas receitas de venda. Fatores esses compensados pela habitual política de baixos salários praticada pela Brahma, o que se acentuou durante a guerra (Acervo Brahma, 1912, caixa 93).

Em resposta à situação, a Brahma lançou marcas de cerveja mais baratas e com menor teor de matéria-prima, como a Fidalga. Surgiu, no entanto, uma questão política inédita com o acirramento das pressões diplomáticas inglesas sobre o Brasil. Em agosto de 1914, a casa Theodor Wille & Cia., cujos interesses iam do comércio de importação-exportação à intermediação de empréstimos a governos estaduais, ao fornecimento de insumos à própria Brahma e à propriedade de ações e debêntures da cervejaria, solicitou que o Itamaraty se posicionasse diante das sanções já adotadas pela diplomacia britânica a empresas e cidadãos alemães. Naquele ponto, o Itamaraty entendeu que eram brasileiras as sociedades comerciais sediadas no país, não importando a nacionalidade de seus dirigentes ou acionistas (Arquivo Histórico do Itamaraty, 1915, pasta 317, 2, 3).

Em fevereiro de 1915, o Itamaraty combinava o apego à neutralidade com a resistência em cooperar com a diplomacia inglesa para dificultar os negócios de alemães no país. Ao longo de 1916, porém, a tensão cresceu na cena doméstica, tanto no Legislativo como nas ruas. No início desse ano, *Statutory List*, a lista negra britânica, foi divulgada. Dela, constava Theodor Wille com destaque por ser o representante da diplomacia comercial alemã no

Brasil e pela capilaridade dos seus interesses na economia brasileira.⁴ Desse primeiro rol de empresas inimigas, somente a Brahma foi poupada, por preencher o critério de ter sido constituída no Brasil, muito embora o jornalista e representante comercial inglês J. Wileman tivesse criticado o tratamento conferido à cervejaria (*Wileman's Brazilian Review*, 18/04/1916). Entretanto, da lista britânica constavam os principais parceiros comerciais da Brahma: o banco *Brasilianische Bank für Deutschland*, a Theodor Wille & Cia., a Herm. Stoltz & Cia. e o banco Alemão Transatlântico da América do Sul (Abranches, 1916).

A polarização da sociedade repercutiu no Itamaraty, onde também prosperaram as disputas internas, uns defendendo a neutralidade, outros defendendo o alinhamento do Brasil com os Aliados. Na primeira semana de maio de 1917, Lauro Müller deixou o Ministério, dando lugar ao político fluminense Nilo Peçanha. O afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães no Atlântico tornou insustentável manter a neutralidade; ainda assim, a decretação do estado de guerra ocorreu apenas ao final de outubro, após tenso debate no Congresso (Câmara dos Deputados, 1917, vol. IX).

A despeito das fortes pressões diplomáticas inglesas, o governo brasileiro resistiu à ideia de nacionalizar empresas inimigas, sobretudo, os bancos, alvo preferencial dos ataques britânicos. Nisso, a posição brasileira era secundada pela diplomacia norte-americana, que viu, na verdade, uma oportunidade para ganhar posições no mercado brasileiro (Vinhosa, 1990, p. 144). Ao mesmo tempo, as autoridades brasileiras pareciam ignorar as transferências de ações para nacionais realizadas dentro da Brahma. Tal movimento de transferência nominal de propriedade se acentuou no segundo semestre de 1917, na Brahma, na Antártica Paulista e em outras empresas sediadas em São Paulo. O banco *Brasilianischen*, por exemplo, transferiu 2.354 ações de sua propriedade para Mathilde Moura Vianna, esposa do advogado Ulisses Vianna, o homem que, afinal, assumiu a presidência (fictícia?) da Brahma em novembro de 1917 (Marques, 2014, p. 190ss.).

Transferir ações para brasileiros natos, renovar a diretoria das empresas com nomes nacionais ou promover a nacionalização acelerada de dirigentes – como o fez Johann Künning em dezembro, e Antônio Zerenner (acionista majoritário da Antártica) o fizera um mês antes – eram manobras que disfarçavam a real propriedade das empresas. No entanto, tudo isso aconteceu em 1916 e 1917 sem a oposição do governo brasileiro, nem mesmo da diplomacia norte-americana.

A população da cidade, em particular, os ativistas políticos viam de outra maneira os símbolos da presença

alemã, porque, poucos dias após o Congresso Nacional aprovar a declaração de guerra à Alemanha, uma multidão avançou sobre o Bar da Brahma e o destruiu. Esse restaurante ficava na Avenida Central e era ponto de encontro de políticos e homens de negócios. Em minutos, na madrugada do dia 3 para 4 de novembro de 1917, o lugar foi arruinado. Alguns meses depois, o bar foi reinaugurado de forma festiva, como se nada tivesse se passado ali. A nova decoração, repleta de espelhos e lustres de cristal, agradou aos jornalistas convidados, e a população continuou a consumir cerveja normalmente (*Gazeta de Notícias*, 04/05/1918). Exceto pelo detalhe de que cervejas batizadas com nomes em alemão desapareceram do cardápio.

A direção da Brahma foi temporariamente transferida para mãos de brasileiros, enquanto perdeu o ambiente político hostil. Logo, a Primeira Guerra não resultou em nacionalização forçada de capitais estrangeiros em operação no Brasil, nem mesmo daqueles relativos a países com os quais o Brasil estivesse em guerra. Houve, sim, uma crescente nacionalização da imagem da empresa, visível nas escolhas imagéticas das peças de propaganda e nas marcas comerciais (Marques, 2014, p. 219ss.).

Afinal, os interesses alemães nos negócios cervejeiros no Brasil tinham tanto peso? Na ausência de listas de acionistas neste período, recorro ao registro de ações da Brahma negociadas entre 1918 e 1921. Um único livro contábil remanescente informa que o *Brasilianische Bank für Deutschland* respondia por 60% das ações da Brahma no período, tanto na qualidade de titular dos papéis, como na qualidade de depositário dos títulos e procurador dos respectivos acionistas (Acervo Brahma, 1912-1921). Outros acionistas e debenturistas com posições de destaque nos registros da Brahma são, por ordem de importância: Theodor Wille, e o presidente da empresa, Johann Künning. Este consta como acionista titular e também como representante de Hans Stupakoff, fornecedor da Brahma, residente em Hamburg, parente de Künning e antigo proprietário de uma cervejaria em São Paulo. É o que revelam as tabelas contendo a relação dos acionistas mais importantes da Brahma entre 1933 e 1942.

Mais uma guerra

Os nomes mencionados nas tabelas anteriores ressurgem no quadro de acionistas e de dirigentes da cervejaria durante os momentos de crescente dificuldade no relacionamento entre o Brasil e a Alemanha, na segunda metade da década de 1930. Nesses anos, alguns acionistas

⁴ A primeira versão da lista negra de empresas foi divulgada pelo *Foreign Office* em 24 de fevereiro de 1916.

Tabela 1. Seleção dos maiores acionistas conforme lista apurada a 4 de janeiro de 1933.**Table 1.** The largest shareholders according to a list dated 4th January 1933.

| Acionista | Número de ações | Observações |
|--|-----------------|-----------------------|
| Elisabeth Wieland | 1.500 | residente no exterior |
| Gertrud von Minckwitz | 1.500 | residente no exterior |
| George Maschke | 1.110 | residente no exterior |
| Theodor Wille & Cia. | 2.422 | |
| F. Laeisz | 2.000 | residente no exterior |
| Família Haasis | 2.107 | |
| Bank of London & South America | 250 | |
| Johann Künning | 4.508 | |
| Catherine Hermine Künning (esposa de Johann) | 75 | |
| Otto Stupakoff | 586 | residente no exterior |
| Hans Stupakoff | 609 | residente no exterior |
| Adlheid Gertrud Stupakoff | 360 | residente no exterior |
| Henry Erwin Stupakoff | 150 | residente no exterior |
| Banco Alemão Transatlântico | 16.939 | |
| Soma da seleção | 34.116 | |
| Total de ações | 50.000 | |

Fonte: Acervo Brahma (1940, caixa 95).

Tabela 2. Seleção dos maiores acionistas conforme lista apurada a 10 de janeiro de 1936.**Table 2.** The largest shareholders according to a list dated 10th January 1936.

| Acionista | Número de ações | Observações |
|--|-----------------|-----------------------|
| Elisabeth Wieland | 1.000 | residente no exterior |
| Gertrud von Minckwitz | 1.500 | residente no exterior |
| George Maschke | 1.110 | residente no exterior |
| Theodor Wille & Cia. | 2.422 | |
| F. Laeisz | 2.000 | residente no exterior |
| Família Haasis | 2.107 | |
| Bank of London & South America | 250 | |
| Johann Künning | 4.050 | |
| Margareth Künning (filha de Johann) | 55 | |
| Catherine Hermine Künning (esposa de Johann) | 325 | |
| Otto Stupakoff | 586 | residente no exterior |
| Hans Stupakoff | 609 | residente no exterior |
| Banco Alemão Transatlântico | 20.348 | |
| Soma da seleção | 36.362 | |
| Total de ações | 50.000 | |

Fonte: Acervo Brahma (1940, caixa 95).

Tabela 3. Seleção dos maiores acionistas conforme lista apurada a 31 de maio de 1940.**Table 3.** The largest shareholders according to a list dated 31st May 1940.

| Acionista | Número de ações | Observações |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------|
| Elisabeth Wieland | 1.000 | residente no exterior |
| Gertrud von Minckwitz | 1.500 | residente no exterior |
| Gertrud Maschke | 1.210 | residente no exterior |
| Theodor Wille & Cia. | 1.272 | |
| Henrich Diedrichsen | 1.150 | |
| F. Laeisz | 2.000 | residente no exterior |
| Franz Icken | 1.470 | |
| Família Haasis | 2.307 | |
| The Royal Bank of Canada | 3.677 | |
| Heinrich Künning | 6.515 | |
| Margareth Künning | 350 | |
| Elsa Catherine Künning | 511 | |
| Otto Stupakoff | 586 | residente no exterior |
| Adlheid Gertrud Stupakoff | 517 | residente no exterior |
| Henry Erwin Stupakoff | 25 | residente no exterior |
| Banco Alemão Transatlântico | 12.321 | |
| Soma da seleção | 36.411 | |
| Total de ações | 50.000 | |

Fonte: Acervo Brahma (1940, caixa 95).

Tabela 4. Seleção dos maiores acionistas conforme lista apurada a 17 de junho de 1942.**Table 4.** The largest shareholders according to a list dated 17th June 1942.

| Acionista | Número de ações | Observações |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------|
| Elisabeth Wieland | 1.432 | residente no exterior |
| Gertrud von Minckwitz | 1.500 | residente no exterior |
| Gertrud Maschke | 1.210 | residente no exterior |
| Theodor Wille & Cia. | 1.272 | |
| Henrich Diedrichsen | 1.150 | |
| F. Laeisz | 2.000 | residente no exterior |
| Família Haasis | 2.093 | |
| The Royal Bank of Canada | 3.827 | |
| Heinrich Künning | 9.811 | |
| Margareth Künning | 750 | |
| Elsa Catherine Künning | 511 | |
| Otto Stupakoff | 586 | brasileiro |
| Adlheid Gertrud Stupakoff | 517 | brasileira |
| Henry Erwin Stupakoff | 25 | brasileiro |
| Banco Alemão Transatlântico | 9.729 | |
| Soma da seleção | 36.411 | |
| Total de ações | 50.000 | |

Fonte: Acervo Brahma (1940, caixa 95).

havia morrido e seus herdeiros assumiram a titularidade das ações. Por exemplo, os papéis que pertenceram ao antigo presidente da Brahma, George Maschke, passaram a ser reclamados por Gertrud Maschke. O mesmo se passou com as ações dos Künning, que foram transferidas aos seus filhos Heinrich, Else e Margareth, e as ações da família Stupakoff.⁵ Entretanto, as posições da Theodor Wille & Cia. e do *Brasilianische Bank für Deutschland* se mantinham com plena força quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha, em 1942. Alterações formais, como a conversão do banco *Brasilianische* em Banco Alemão Transatlântico, em 1932, não atingem o fato fundamental que é a expressão dos interesses de cidadãos alemães na Brahma, como revelam as listas de acionistas.⁶

Nada disso era ilegal, mas o patrimônio de estrangeiros, bem como as atividades das empresas a ele ligadas, era ameaçado pela forma como a situação política mundial atingiu o Brasil naqueles anos. O confisco de bens de inimigos, uma hipótese descartada pelas autoridades brasileiras em 1917, surgiu como uma possibilidade real durante o segundo conflito.

Antes mesmo de os Estados Unidos declararem guerra às nações do Eixo, começaram as pressões junto ao governo brasileiro para cercear as atividades de empresas desses países, assim como a propaganda antinazista, que associa a atividade nazista no Brasil aos bancos alemães que aqui atuavam (MacDonald, 1940, p. 98ss.). Em julho de 1941, divulgou-se a primeira relação de empresas e de pessoas com os quais cidadãos norte-americanos não poderiam comerciar, e, ao fim do ano de 1942, a questão das listas de empresas inimigas elaboradas pela diplomacia norte-americana e inglesa havia se tornado um importante ponto de atrito nas relações do Brasil com os Aliados (Seitenfus, 1985, p. 397).

Apesar de reconhecer a relevância do assunto para as relações entre os países, Seitenfus pouco o explora, ao passo que Cervo-Bueno sequer o comenta (Cervo e Bueno, 2008). O primeiro autor examina a disposição declarada das autoridades brasileiras para afastar elementos indesejáveis de empresas ligadas ao Eixo com base exclusivamente no FRUS, o que não esgota a questão. Seitenfus também sugere que as declarações de compromisso com a proposta de nacionalização de empresas, feitas durante a conferência de chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, teriam encerrado o atrito entre as autoridades brasileiras e aliadas, ideia de que discordo e mostro o porquê.

Ora, como recomendam os arquivistas do *National Archives*, a documentação publicada no FRUS deve

servir de guia para buscar outros documentos no acervo da instituição. E, de fato, pude constatar que apenas uma pequena parcela da documentação produzida pela embaixada norte-americana no Rio de Janeiro está reproduzida no FRUS. Quando isso acontece, frequentemente as informações mais detalhadas são suprimidas, e essas podem ser mais esclarecedoras do que o conteúdo da correspondência formal.

Essa advertência é necessária porque, primeiro, resta muito a conhecer sobre o funcionamento do sistema de vigilância e de controle de empresas do Eixo durante a 2ª Guerra no Brasil, segundo, os avanços no conhecimento histórico sobre esse tema requerem o uso simultâneo de documentação produzida no Brasil e no exterior. Sustento que o exame comparado das visões contemporâneas sobre o problema das empresas do Eixo revela que os esforços de cooperação das autoridades brasileiras foram bem menos sistemáticos e eficazes do que a escassa historiografia pode sugerir. Igualmente, a linha de conduta da diplomacia norte-americana mostra-se mais errática, especialmente depois que o esforço efetivo de guerra tornou-se prioritário.

Os desencontros entre os setores e integrantes dos altos escalões do governo Vargas também emergem na pesquisa. Nesse particular, Seitenfus sugere que Vargas era a voz preponderante no Estado Novo, mas seus assessores assumiam comportamentos conflitantes entre si. Enquanto Oswaldo Aranha, nas Relações Exteriores, trabalhava para aproximar o Brasil dos Estados Unidos, os comandantes militares resistiam a essa aproximação que nos conduziria à guerra, para a qual eles não nos julgavam preparados. O Banco do Brasil, por sua vez, agia de forma autônoma, ou talvez com autorização de Vargas, cerceando a vida de empresas ligadas à comunidade alemã. Isso a ponto de a diplomacia alemã se queixar dos entraves oferecidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil para liberar efeitos comerciais (Seitenfus, 1985, p. 328). De fato, documentos consultados no antigo *Acervo Brahma* mostram um episódio envolvendo o representante comercial da cervejaria em Hamburg, Hans Stupakoff, e o Banco do Brasil. Data de 12 de janeiro de 1936 a primeira carta que Stupakoff enviou ao Banco para solicitar a liberação de títulos de saque, no valor de 12:000\$000, relativos, sustenta o pleiteante, a mercadorias fornecidas à Brahma por sua firma. Esses títulos deveriam ser descontados em Londres por J. Henry Schroder & Co., em favor de Stupakoff. Nos meses seguintes, numerosas cartas foram enviadas ao Banco do Brasil, mas o documento que

⁵ Johann Künning faleceu no dia 24 de julho de 1938, e a presidência da Brahma passou para o diretor financeiro, Franz Icken.

⁶ A reestruturação do *Brasilianische* no início dos anos 1930 não tem qualquer relação com a política externa brasileira. Isso aconteceu porque o setor bancário alemão foi fortemente atingido pelo *Crack* da bolsa de Nova York e os bancos matrizes se fusionaram, levando a que as empresas subsidiárias que operavam no exterior seguissem a mesma orientação. A partir de 1932, o *Brasilianische* saiu do controle do banco *Disconto Gesellschaft* e passou a integrar o banco *Deutsche Bank*.

informa a liquidação do assunto é datado de 28 de janeiro de 1937 (Acervo Brahma, 1934-1937, caixa 97). Passado um ano após o primeiro pedido, portanto.

Esse é um exemplo pinçado da documentação da Brahma, a qual escasseava conforme avançava a década de 1930, mas é possível pensar que a conduta hesitante e imprecisa do governo Vargas em relação ao conflito que se aproximava oferecesse espaço para iniciativas contraditórias de agências governamentais.

Além da condução da política econômica, há aspectos da vida cotidiana a serem conhecidos, a exemplo dos métodos de vigilância política. Ora, assim como na Primeira Guerra, os acontecimentos no outro lado do Atlântico repercutiam imediatamente aqui, mas, no segundo conflito, isso aconteceu de maneira mais intensa porque o Brasil varguista era um Estado policial. Ao contrário do que sugere Teixeira da Silva, a diplomacia norte-americana não se sentia melindrada com o teor ditatorial do Estado Novo; na verdade, isso até facilitava as coisas (Silva *et al.*, 2012, p. 555). É certo que, numerosas vezes, o Departamento de Estado norte-americano expressou receio da guinada ditatorial de Vargas; no entanto, nas operações cotidianas, a documentação consultada sugere que o corpo diplomático dos EUA se beneficiava do estado de exceção para manter contato estreito com o aparelho repressor varguista.

Segundo as fontes norte-americanas, os procedimentos para monitorar as ações de integralistas, simpaticizantes e estrangeiros suspeitos de atividades políticas eram variados. A partir da publicação da primeira lista negra pela Embaixada dos EUA, em setembro de 1941, divulgou-se um número de telefone que recebia cerca de 50 ligações por dia.⁷ Não suficiente, os agentes da embaixada mantinham contato com informantes na polícia política e, quando o assunto exigia, conversavam privadamente com empresários brasileiros (Burdett, 1941).

Os diplomatas formaram, assim, a opinião de que a Cervejaria Brahma era uma empresa inimiga, entendida como a qualidade de empresa que apoiava direta, ou indiretamente, os países do Eixo (Donnelly, 1942).⁸ Essa percepção negativa sobre a Brahma não era nova, pois, dos 265 nomes de indivíduos e empresas arrolados na primeira versão da *Proclaimed List* norte-americana, em julho 1941, a cervejaria era um deles. Junto, estavam os bancos de países do Eixo: o Banco Alemão Transatlântico,

o Banco Germânico, um banco japonês e o Banco Francês e Italiano, além da Theodor Wille. A medida tinha o efeito de impedir cidadãos americanos de negociar com empresas inimigas, além de manchar a imagem da empresa arrolada. Tão importante era o assunto que a publicação da lista negra, em 1941, fez o presidente da Brahma, Franz Icken, deixar o cargo para dar lugar ao filho de Johann Künning, Heinrich, então com 34 anos.

O problema maior visto pela ótica da documentação da embaixada americana era a extensão dos interesses alemães na economia brasileira. Além das cervejarias, havia os bancos, com suas respectivas empresas seguradoras,⁹ empresas têxteis, a exemplo dos negócios de Ernest Die-drichsen em São Paulo (Dean, 1971, p. 37), empresas de navegação costeira, como a Hoepcke, sediada em Santa Catarina, e, sobretudo, havia a companhia aérea Condor, que tinha rotas regulares para os principais destinos da América do Sul e era objeto de grande preocupação das autoridades norte-americanas.¹⁰ Além dessas empresas, havia siderurgias e empresas de eletricidade, como a Siemens e a A.E.G.; esta última atendia aos estados do Sul. Também havia importantes indústrias químicas sem similar nacional, como a Bayer e a Aliança Comercial de Anilinas, além da comercial Theodor Wille e da empresa de charutos Dannemann, na Bahia. No setor metalúrgico, em particular, o capital alemão não encontrava concorrente à altura no país, e a Tubos Mannesmann se converteu em Distribuidora Brasileira de Ferro, sob os auspícios do governo brasileiro, sustentavam os observadores norte-americanos (Donnelly, 1942, p. 11).

E mais, segundo a embaixada norte-americana, tanto a Mannesmann, rebatizada como empresa nacional, quanto a SIDAPAR, Usina Siderúrgica e Laminadora Nossa Senhora Aparecida, continuaram a fornecer produtos de aço ao Ministério da Guerra, mesmo após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, em setembro de 1942 (Donnelly, 1942, p. 13).¹¹ Esse aspecto da questão do aparelhamento do país para a guerra sugere a existência de outros elementos que não foram suficientemente investigados pela historiografia. Fatores que podem ter contribuído para que os EUA estreitassem a cooperação econômica com o Brasil, especialmente no ramo siderúrgico.

Por certo, cerveja não era um produto estratégico como o aço. Ainda assim, a situação da Brahma preocupava

⁷ *Accomplishments of Proclaimed List Section* (National Archives, 1942a).

⁸ Cia. Cervejaria Brahma and its affiliates (National Archives, 1942b).

⁹ Sugiro ver o depoimento de Plácido da Rocha Miranda sobre a transferência do controle da Companhia Internacional de Seguros, afiliada ao Banco Alemão Transatlântico, a um grupo liderado por Arnaldo Guinle. Entrevista de Miranda ao CPDOC, concedida em 1997.

¹⁰ A documentação produzida pelo Departamento de Estado sobre a questão da aviação comercial do Brasil é extensa. Os volumes do FRUS referentes à relação dos EUA com as Américas no ano de 1943 contêm numerosa transcrição de documentos reportando as negociações entre as autoridades brasileiras e as norte-americanas, que insistiam em transferir as rotas operadas pela Condor para a *Pan American Airways*. Vargas relutava em aceitar (FRUS, 1943, Vol. V: *The American Republics*).

¹¹ Conforme relata o adido comercial, Donnelly, ao Departamento de Estado, a partir de diálogo mantido com o empresário Antônio Leite Ribeiro.

os americanos por três razões: dado o peso do banco e de cidadãos estrangeiros entre os seus acionistas, o que podia comprometer o esforço de asfixiar financeiramente os países do Eixo, porque se temia que integrantes da Brahma patrocinassem a publicação de propaganda nazista e, terceiro, receava-se que agentes inimigos fossem acobertados na rede de unidades de produção e de distribuição da empresa, que, em 1942, estendia-se do Rio de Janeiro ao Paraná, passando por São Paulo e cidades do interior desses estados.¹²

Ao mesmo tempo, a diplomacia norte-americana sabia que a cessação das atividades da Brahma, ou mesmo da Antártica, poderia indispor a população brasileira contra os Aliados, além prejudicar a atividade econômica do país. O governo brasileiro pensava assim também, pois, mesmo após ter assumido posição claramente favorável aos aliados em dezembro de 1941 solidarizando-se com os Estados Unidos pelo ataque a Pearl Harbor, o Itamaraty insistiu para que a Brahma e suas afiliadas fossem retiradas das listas negras dos Aliados (Seitenfus, 1985, p. 372).

Assim, a Terceira Conferência dos Chanceleres das Américas, a iniciar no dia 16 de janeiro de 1942, foi precedida por intensa negociação de bastidores. No dia 5, o embaixador Jefferson Caffery escreveu a Washington recomendando a exclusão da Brahma e de suas afiliadas da lista negra, mediante dez condições que constituíam uma intervenção branca na empresa:

1. *Indicação do Dr. Fernando Martins Pereira e Souza (irmão do embaixador brasileiro em Washington) como oficial de ligação entre a Brahma, o Governo brasileiro e a Embaixada.*
2. *Indicação de dois contadores pelo Dr. Fernando Martins para relatar as operações da Companhia.*
3. *Todos os pagamentos da Brahma devem ser endossados por um dos contadores.*
4. *O Banco do Brasil deve controlar as ações da Brahma sob a guarda do Banco Alemão Transatlântico.*
5. *Nenhum dividendo ou outro pagamento a acionistas que forem nacionais de qualquer país em guerra com os Estados Unidos, ou incluídos na nossa lista negra.*

6. *Suspensão de relações financeiras e empresariais com o Banco Alemão Transatlântico, ou qualquer outro banco ou organização incluídos na nossa lista negra.*
7. *Funcionários da Brahma considerados perigosos para o bem-estar das Américas devem ser descartados.*
8. *A Brahma não deve realizar transações ou contratos com indivíduos incluídos na nossa lista negra.*
9. *Funcionários da Brahma não podem contribuir para organizações consideradas inimigas à segurança das Américas.*
10. *Contratos de seguros devem ser colocados em companhias controladas por nativos de países outros que não os que estão em guerra com os Estados Unidos.*¹³

Dois aspectos das condições impostas chamam mais a atenção. Primeiramente, em outros casos, a diplomacia norte-americana aceitou que as autoridades brasileiras escolhessem os interventores em empresas inimigas, mas, para intervir na Brahma, a embaixada indicou um nome de sua confiança. O outro aspecto é a preferência pelo Banco do Brasil para assumir o controle de todas as ações da empresa sob a guarda do Banco Alemão Transatlântico. As negociações prosseguiram em tom cordial. No dia seguinte ao telegrama de Caffery, o Subsecretário de Estado, Sumner Welles, escreveu a Oswaldo Aranha reafirmando a disposição para solucionar o caso, em havendo cooperação por parte do Brasil.¹⁴

No dia 7 de janeiro, Cordell Hull, Secretário de Estado, informava ao Itamaraty, formalmente, a exclusão da Cia. Brahma da *Proclaimed List*, mas ressaltou a necessidade de se cumprirem as condições estabelecidas. No dia 9 de janeiro, Heinrich Kunning solicita à embaixada britânica a exclusão da Brahma da *Statutory List*, sendo atendido no dia 12 daquele mês (Acervo Brahma, 1943, caixa 108). Em 14 de janeiro, o adido comercial da embaixada norte-americana assinou a certidão que exclui a Brahma da *Proclaimed List* do seu país. Um passo importante havia sido dado para normalizar as atividades da empresa, inclusive garantir o suprimento de insumos só obtidos de fornecedores ame-

¹² A documentação da Embaixada, de 1941 a 1942, aponta insistentemente os nomes de Walter Hermann Schneider e Hugo Zentgraf como agentes nazistas infiltrados na Brahma (National Archives, 1942b).

¹³ 1. *Appointment of Dr. Fernando Martins Pereira e Souza (brother of Brazilian Ambassador in Washington) as liaison officer between Brahma, Brazilian Government and Embassy.*

2. *Appointment of two accountants by Dr. Fernando Martins to report on operations of company.*

3. *All payments by Brahma to be countersigned by one of the accountants.*

4. *Bank of Brasil to control Brahma's stock on deposit in Banco Alemão Transatlântico.*

5. *No dividend or other payments to stockholders who are nationals of any country at war with United States or included in our proclaimed list.*

6. *Severance of financial and business relations with Banco Alemão Transatlântico and any other bank or organization included in our proclaimed list.*

7. *Brahma personnel considered dangerous of welfare of Americas to be discharged.*

8. *Brahma not to transact business with firms or individuals included in our proclaimed list.*

9. *Personnel of Brahma not to contribute to organizations considered inimical to welfare of Americas.*

10. *Insurance policies to be placed with companies controlled by other than nationals of countries at war with United States. Telegram of Caffery to State Department, 5 January, 1942 (National Archives, 1942c).*

¹⁴ *Memorandum from Department of State, 6 January, 1942 (National Archives, 1942d).*

ricanos, a exemplo de combustível.¹⁵ Não cessou, porém, a vigilância sobre as atividades da empresa.

Em verdade, a sustentação política da empresa ficou ainda mais frágil nos próximos meses, quando vários navios mercantes brasileiros foram afundados, situação que conduziu o país ao estado de guerra. Em agosto, um após outro, três navios de bandeira brasileira foram afundados, e, no dia 18, uma multidão desafiou a polícia de Filinto Müller para tomar as ruas em protesto (Seitenfus, 1985, p. 410). Parte dos manifestantes seguiu para a sede da Cervejaria Brahma, na Rua Marquês de Sapucaí, e quebrou tudo o que conseguiu até a polícia política chegar e arrastar para os seus carros quem não tivessem corrido para longe dali, relataram antigos funcionários da empresa.¹⁶

Não fosse a memória desses funcionários da Brahma, nada saberíamos sobre o incidente, que não foi registrado nos jornais cariocas daquela semana.¹⁷ O que se noticiou, ao contrário, foi positivo para a imagem da empresa. Na edição de terça-feira, dia 25 de agosto, em meio a notícias sobre o fechamento dos bancos do Eixo, o *Correio da Manhã* publicou matéria sobre o Restaurante da Brahma, situado na Avenida Rio Branco. Preventivamente, o arrendatário do lugar declarou não haver qualquer cidadão alemão entre os proprietários e funcionários do estabelecimento, os quais prontamente aderiram à subscrição pública proposta pela esposa de Oswaldo Aranha doando cerca de 900\$000, como mostra de patriotismo (*Correio da Manhã*, 25/08/1942, p. 2). Diferentes jornais da cidade também noticiaram a iniciativa dos empregados do Restaurante da Brahma de modo elogioso, bem em contraste com a imprensa carioca em 1917, tão partidária e opinativa, em evidente contraste com os jornais censurados do Estado Novo.

Contida a potencial animosidade da população, outras questões ameaçavam a sustentação política da Brahma porque as autoridades brasileiras concordavam com os diplomatas aliados a respeito da necessidade de controlar atividades financeiras que beneficiassem o Eixo. Até a declaração de guerra, praticava-se a intervenção branca sobre as empresas financeiras do Eixo, prática essa

superada pela decisão de 24 de agosto de se promover a supressão das cartas patentes desses bancos estrangeiros. Para intervir e liquidar o Banco Alemão Transatlântico, Vargas nomeou o respeitado diplomata Virgílio de Melo Franco, enquanto que a igualmente complicada situação do Banco Francês e Italiano ficou ao encargo de Valentim Bouças, homem forte da área econômica.¹⁸

A movimentação em torno dos bancos alemães inquietava a direção da Brahma pela perspectiva de confisco de parte das ações, o que estava previsto no decreto de liquidação, que diz: “Os bens remanescentes serão distribuídos aos acionistas, sendo que as quotas que couberem a governo ou entidades paraestatais da Alemanha ou da Itália ou a súditos desses países que não sejam residentes no Brasil, serão incorporados ao patrimônio nacional” (*Correio da Manhã*, 25/08/1942, p. 1).

O controle e a decisão de liquidar e desapropriar bens de nacionais e cidadãos estrangeiros em nome da segurança nacional foram delegados à Comissão de Defesa Econômica, criada em 7 de outubro de 1942.¹⁹ Sobre a Comissão, os observadores norte-americanos se preocupavam com as disputas internas no governo Vargas em torno da competência para ingerir nos bens dos súditos do Eixo, uma vez que a Coordenação de Mobilização Econômica também reivindicava poderes sobre o assunto. Já o interventor no BAT, Virgílio Melo Franco, fez saber aos analistas da embaixada seu temor de que os nomes escolhidos para compor a Comissão de Defesa não tivessem preparo para conduzir as ações necessárias. Em vão, Donnelly tentou explicar ao Departamento de Estado por que Vargas levou três semanas para nomear a Comissão, presidida pelo General Artur Portela, sendo que a preferência da embaixada recaía sobre o diretor da carteira de câmbio do Banco do Brasil, Francisco Alves dos Santos Filho.²⁰ Por fim, a espinhosa tarefa de promover a nacionalização de empresas inimigas foi transferida da Comissão de Defesa para o Banco do Brasil, em julho de 1943.²¹ No entanto, nem mesmo o crédito aberto pelo Eximbank a fim de promover a compra de empresas do Eixo, por intermédio do Banco do Brasil, animou os empresários brasileiros a assumir

¹⁵ *Telegram of Caffery to State Department, 5 January, 1942* (National Archives, 1942c).

¹⁶ Entrevista da autora com Luiz Quinteiro Zoega e Alberto Thielen, em Curitiba, 29 de agosto de 1999.

¹⁷ Durante o período de pesquisa no antigo Acervo Brahma, os arquivistas me permitiram examinar fotos da destruição causada pelos manifestantes, em agosto de 1942.

¹⁸ Telegrama do Encarregado de Negócios, John F. Simmons, ao Departamento de Estado, 24 de agosto de 1942 (National Archives, 1942e).

¹⁹ Decreto nº 4.807, 7/10/1942. Consultado o Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, do CPDOC, constatou-se que não há verbete sobre a Comissão de Defesa Econômica, além do tratamento bastante ligeiro da Coordenação de Mobilização Econômica, presidida por João Alberto Lins de Barros (<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>).

²⁰ Escreveu o conselheiro da embaixada, Walter Donnelly: “The Embassy was, of course, disappointed that the Director of Exchange was not named as the representative of the Minister of Finance, as had been hoped for. He is undoubtedly the man best qualified for membership on the Commission, in view of the long educational process to which he has been subjected by virtue of the Consultative Procedure and his trip to the Inter American Conference in Washington in July. The reasons for the Director’s omission from the Commission are not clear. However, he has offered his services to General Portela, who, as noted above, is anxious to have him serve in an advisory capacity.”

(A Embaixada ficou naturalmente desapontada com o fato de o Diretor de Câmbio não ter sido nomeado como representante do Ministério da Fazenda, tendo em vista o longo processo educacional ao qual ele foi sujeito, em virtude do procedimento de consulta e de sua ida à conferência Interamericana de Washington, em julho. As razões para que o diretor não tenha sido incluído na Comissão não estão claras. No entanto, ele ofereceu seus serviços ao General Portela, o qual, como observado acima, espera que ele contribua com aconselhamento). *Development since October 12, 1942. Economic Defense Commission* (National Archives, 1942f).

²¹ *Telegram from the Ambassador Caffery to the Secretary of State, July 12, 1943* [FRUS, 1943, vol. V, p. 761]. Parte da competência da Comissão de Defesa foi transferida ao Banco do Brasil pelo Decreto-lei nº 5.661, 12/7/1943.

esses negócios.²² Um dado que certamente compromete a ideia corrente entre historiadores de que Vargas tenha promovido extensa política de nacionalização da economia brasileira, apesar do interesse da diplomacia norte-americana de que o controle de importantes empresas fosse transferido para mãos confiáveis.²³ Exemplos como o da Brahma sugerem ter havido uma solução de acomodação entre o governo brasileiro e os dirigentes empresariais de modo a que o controle administrativo se mantivesse em mãos politicamente moderadas, e os interesses alemães fossem neutralizados. Vejamos como.

As mudanças internas na Brahma

Preventivamente ao provável rompimento das relações entre o Brasil e os países do Eixo, os acionistas controladores da Brahma duplicaram o capital social no dia 17 de junho de 1942. A partir de então, o capital passou de 50 mil ações para 100 mil unidades, sendo metade dele composto por ações nominais, ordinárias e, logo, com direito a voto, ao passo que a outra metade era de ações preferenciais.²⁴ Essas não davam direito a voto, mas auferiam dividendos e podiam circular ao portador.

O plano de elevação do capital da Brahma havia sido cogitado em 1940, quando foi abandonado pelo risco de que uma empresa concorrente comprasse lotes de ações preferenciais e ameaçasse o controle da empresa, além de envolver tributos onerosos para os acionistas. A despeito das advertências que o jurista Trajano Miranda Valverde fizera à Direção da empresa em 1940, o plano foi retomado dois anos depois.²⁵ Por quê?

Em maio de 1940, a proposta de aumento de capital fora apresentada aos acionistas com uma estranha justificativa. Transcrevo parte do documento, incluindo a passagem rasurada no original:²⁶

O Decreto n. 434, de julho de 1891, pelo qual se regem no país as sociedades anônimas, permite que o capital seja aumentado, entre outros casos, nos de acréscimos de obras e ampliação de serviços ou operações sociais. É um fato averiguado que o patrimônio da Companhia ultrapassa de algumas vezes o valor do capital, tendo a Diretoria, para atender ao acréscimo de obras realizadas, lançado mão dos recursos dos fundos de reserva. Acontece,

porém, que segundo o disposto no art. 40 dos Estatutos, do lucro líquido, são levados ao fundo de reserva 5%, até alcançar 50% do capital social. O fundo de reserva, portanto, não devia ultrapassar a quantia de 5 mil contos. Apresenta, porém, saldo muito superior a essa quantia. Esse excedente mandam os Estatutos, no mesmo artigo, que seja distribuído aos acionistas como dividendo. As necessidades, porém, do negócio não permitem que assim se proceda, porque a Companhia deve sempre ter à sua disposição recursos de que possa facilmente, em face de qualquer eventualidade imprevista, morder no momento atual em que a Europa se acha envolvida em tremendo conflito. Estas razões que levam a Diretoria a propor a elevação do capital social de 30 mil contos, isto é, a propor um aumento de 20 mil contos, dividido em 100 mil ações de 200\$000 cada uma, as quais serão ao portador e preferenciais, na forma permitida pelo decreto n. 21.536, de 15 de junho de 1932.

Ora, acionistas desejam receber dividendos, rezam os princípios do mercado de capitais, exceto os acionistas da Brahma, que optavam por duplicar o capital com ações preferenciais, mesmo correndo o risco de um *take-over* por parte da Antártica. Pode-se supor que, para o acionista controlador, o Banco Alemão Transatlântico, a perspectiva de ter seu patrimônio confiscado levava-o a optar por deter também ações preferenciais, que podiam ser confiadas a portadores nacionais, se necessário.

A manobra era admissível por legislação de 1932, cujo teor foi mantido e ampliado na reforma da lei de sociedades anônimas editada em setembro de 1940.²⁷ Este diploma, elaborado pelo jurista Trajano Miranda Valverde, ao mesmo tempo em que previa poder discricionário às autoridades públicas para determinar eventuais intervenções em caso de interesse nacional, estabelecia a possibilidade de se exigir, em determinadas atividades econômicas, que todos os acionistas de uma empresa, ou uma proporção deles, fossem brasileiros (Brasil, 1940).²⁸ Ora, a medida não alcançava empresas industriais, a exemplo das cervejarias, mas podia atingir bancos, uma vez que empresas financeiras sempre necessitaram de autorização especial do Estado para funcionarem, desde a legislação do Império.

A possibilidade de emitir ações ao portador suscitou críticas dos analistas convidados a debater o

²² Berle, *Concern of the United States regarding the elimination of Axis interests in Brazil*, 15 March 1945 (FRUS, 1945, vol. IX, p. 650-677).

²³ O embaixador Caffery escreveu ao General Portela um longo *memorandum*, em 21 de dezembro de 1942, no qual destaca o seguinte trecho: "The Embassy admits that it is necessary, as a measure preliminary to nationalization of important enterprises, that the Commission assign administrators to investigate and study the affairs of particular firms in position to be transferred to desirable private hands" [*Memorandum by the Ambassador in Brazil to the President of the Brazilian Defense Commission*; FRUS, 1943, vol. V, p. 742].

²⁴ Conforme os estatutos da empresa, cada lote de 30 ações correspondia a um voto.

²⁵ Cópia do parecer do Dr. Trajano Miranda Valverde, 20 de maio de 1940 (Acervo Brahma, 1940, caixa 95).

²⁶ Proposta de aumento do capital que acompanha a lista de acionistas apurada a 31 de maio de 1940 (Acervo Brahma, 1940, caixa 95).

²⁷ A proposta apresentada pela diretoria aos acionistas, em maio de 1940, baseava-se no Decreto nº 21.536, de 15 de junho de 1932. Já a duplicação do capital, em junho de 1942, foi fundamentada no Decreto nº 2.627, de 26 de setembro de 1940 (Brasil, 1940).

²⁸ Decreto Lei nº 4.627, 26/09/1940, artigos 40 e 60.

projeto de lei de sociedades anônimas no segundo semestre de 1939. Bem ao estilo da gestão corporativa da sociedade, na ausência do poder Legislativo, advogados e empresários foram convidados pela revista *Observador Econômico e Financeiro* a opinar sobre o projeto proposto por Valverde (*Observador Econômico e Financeiro*, 1939).²⁹ Embora empresários, inclusive o presidente da *Standard Oil* no Brasil, tivessem participado da reunião, a conversa foi conduzida por juristas, alguns deles ávidos por criticar o projeto, outros interessados em se mostrarem capazes de oferecer soluções alternativas. Os críticos apontavam o espaço aberto para fraudes em função da forma como o projeto estava redigido, ao permitir a elevação de capital sem o aporte de bens – dinheiro ou bens de raiz – podendo a sociedade distribuir ações sem lastro real aos acionistas. Somava-se a isso a faculdade de as sociedades anônimas emitirem ações ao portador, o que, nas palavras do professor José Ferreira de Souza: “Não há ninguém que possa controlar as sociedades com ações ao portador. E estas a lei permite” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1939, p. 23).

Isso é o máximo que se pode conhecer sobre os bastidores da reformulação das leis que amparavam a vida das grandes empresas do país no Estado Novo. Especialmente, desconhecem-se as razões que levaram o governo Vargas a admitir que metade dos titulares do capital das empresas não pudesse ser identificada. Restou, já na conjuntura da guerra, tentar controlar as transações com ações na ponta do mercado: na Bolsa. Assim, a Comissão de Defesa Econômica instruiu a Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos para que a nacionalidade do real proprietário de todo título apresentado à venda fosse investigada com rigor. Na dúvida, os corretores deveriam informar imediatamente a Comissão caso suspeitassem de que cidadãos alemães, italianos ou japoneses estivessem por trás dos papéis.³⁰ Isso mostra que, a despeito de muitas empresas do Eixo estarem sob a intervenção do governo, por garantia, as autoridades brasileiras confiavam na delação como sistema complementar de controle. Tais medidas, no entanto, eram insuficientes para tranquilizar os agentes da embaixada norte-americana, que continuaram a criticar a conduta das autoridades brasileiras.

Em dezembro de 1942, o paradeiro das 50 mil ações preferenciais da Brahma preocupava a embaixada

norte-americana. Temia-se que as condições estabelecidas em janeiro para retirar a empresa da lista negra não tivessem sido cumpridas. O analista da embaixada temia, em particular, as atividades políticas de Henri Stupakoff, que era um expressivo acionista da empresa.³¹

Enquanto a empresa, anteriormente a este recente aumento de capital de novembro de 1942, tinha no mercado a quantidade de 100 mil ações, 50 mil das quais eram ordinárias, e outras 50 mil eram preferenciais, somadas às debêntures, em nenhum momento a empresa forneceu informações sobre qualquer ação que não fossem as ordinárias. No entanto, em vista do fato de que as ações preferenciais, como é sabido, foram emitidas como um dividendo do capital social, pode-se inferir que a propriedade relativa nos dois tipos de ações é proporcional. Proporciona latitude máxima para o disfarce de inimigos sob a nacionalidade brasileira, restringindo-se apenas aos alemães conhecidos, aos bancos definitivamente controlados pela Alemanha e notórios inimigos dos aliados (Theodor Wille & Cia., Henry Stupakoff), pode ser dito que acima de 40% da propriedade da Cia. Cervejaria Brahma está nas mãos de interesses inimigos. Incluídos na lista de acionistas da empresa estão muitos antigos nacionais alemães que se tornaram cidadãos brasileiros nacionalizados, mas que, como está relatado de modo confiável, no passado estiveram identificados como fortes apoiadores financeiros de organizações alemãs e cultivavam declarados sentimentos políticos pró-nazismo. Como exemplo, nessa firma há alguém que se disfarça de nacional brasileiro que é o senhor Henri Stupakoff, um importante acionista e cunhado do presidente da empresa. O senhor Stupakoff admitiu ter fornecido recursos financeiros para um agente de propaganda alemã, a firma Leuzinger S.A., do Rio de Janeiro, a qual imprimiu e distribuiu propaganda alemã abertamente, amostras das quais estão de posse do governo dos Estados Unidos.

²⁹ A presidência do conselho editorial desta revista cabia ao colaborador de Vargas, Valentim Bouças.

³⁰ Instruções emitidas pela Comissão de Defesa Econômica, em 1º de fevereiro de 1943 (FRUS, 1942, vol. V, p. 746).

³¹ “While the firm, prior to its recent increase in capital in November 1942, had outstanding 100.000 shares, 50.000 of which were common stock and 50.000 of which were preferred stock, in addition to debentures, at no time has the firm supplied information relative to other than the common stock; however, in view of the fact that the preferred shares, it is understood, were issued as a dividend on common stock, it may be inferred that the relative ownership in both kinds of stock is substantially proportional. Granting the maximum latitude to the cloaking of ‘enemies’ under Brazilian nationality, and confining oneself only to known German nationals, banks definitely controlled by Germany, and enemies of the Allies concerning which there is no doubt (Theodor Wille & Cia., Henry Stupakoff), it may be stated that the present ownership of the Cia. Cervejaria Brahma is over 40% owned by enemy interests. Included in the list of stockholders of this firm are many former German nationals who have become naturalized Brazilian citizens but who, it is reliably reported, have in the past been identified as strong financial supporters of German organizations and openly pro Nazi in their political sentiments. As an example in this firm but who cloak themselves with Brazilian nationality is a Mr Henri Stupakoff, an important shareholder and brother in law of the president of the firm. Mr Stupakoff, by his own admission, furnished the financial backing for a German propaganda agency, the firm Leuzinger SA, Rio de Janeiro, which printed and distributed German propaganda openly, samples of which are in the possession of the US Government.” *Memorandum: Cia. Cervejaria Brahma and its affiliates, 14 December, 1942* (National Archives, 1942b).

Como se vê, em dezembro de 1942, até mesmo os mais bem informados observadores do mercado brasileiro desconheciam a real titularidade de todas as ações da Brahma. Assim o é até hoje, embora o neto de Johann Künning, Hans, tenha intuído onde boa parte dos títulos foi parar: possivelmente no Banco do Brasil.³² O que se pode dizer acerca do real controle acionário de empresas como a Antártica e da empresa que sucedeu a Condor? Pode ter havido uma solução de compromisso entre os administradores de tais empresas para continuar as atividades econômicas, mediante a supervisão do Banco do Brasil, o acionista majoritário? No caso da Brahma, há fortes razões para pensar assim. Sobre as muitas outras empresas ligadas a redes de negócio alemães no Brasil, ainda resta muito a conhecer.

Considerações finais

O artigo explora a forma como o governo brasileiro respondeu às pressões dos Aliados para impor restrições a empresas ligadas ao Eixo. Mais do que oferecer respostas definitivas sobre o paradeiro de bens tomados de nações e nacionais inimigos, a título de ressarcimento dos custos da guerra, o artigo procurou mostrar caminhos para que o tema continue a ser investigado. Investigações futuras podem explorar novos aspectos das tramas políticas internas ao governo Vargas, investigar as relações externas sob novos prismas, ou mesmo examinar o período através da história de empresas.

A premissa metodológica do exame comparativo dos dois momentos políticos foi seguida. Salta aos olhos a mudança expressiva de conduta do governo brasileiro para com empresas ligadas a países inimigos, comparando-se 1917 a 1942. Na Primeira Guerra, os notórios subterfúgios da Brahma para disfarçar sua relação com a Alemanha – como repassar ações a nacionais e nacionalizar dirigentes – foram incentivados pelas autoridades brasileiras, ou, no mínimo, tolerados. Nenhuma ação concreta foi feita no sentido de atingir a propriedade das empresas de alemães ou aquelas controladas por empresas alemãs. No segundo conflito, no entanto, o ambiente nacionalista do governo Vargas forneceu as bases para a diplomacia comercial do país vigiar e coibir operações de cidadãos inimigos. Ressalte-se que a dimensão atual do Estado brasileiro, considerando-se meios e pessoal, comparativamente à real situação da administração pública federal no Estado Novo, é muito superior. Ainda assim, com os recursos disponíveis à época e, sobretudo, com o apoio do pessoal técnico do Banco do Brasil

e da polícia política, Vargas buscou cercar o alcance dos interesses alemães no Brasil, mantendo as grandes empresas em funcionamento, ainda que sob estreita vigilância – exceção feita aos bancos e seguradoras, que foram liquidados. A nacionalização da economia nacional foi pretendida, mas não foi profunda, por razões ainda não suficientemente esclarecidas.

Referências

- ABRANCHES, D. 1916. *Ainda a Black List. Carta oficial ao Presidente da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 75 p.
- BRASIL. 1940. Decreto Lei nº 2.627, 26 de setembro de 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21/08/2015.
- BURDETT, W.C. 1941. *Nazi Activities*. Rio de Janeiro, 4 de abr. [RG 59, General Records of the Department of State, Decimal File 1940-44. Box n. C336].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 1917. Diário do Congresso Nacional. vol. IX, 16 a 31 de out. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acesso em 22/08/2015.
- CASTRO, A.C. 1979. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 142 p.
- CERVO, A.; BUENO, C. 2008. *História da política exterior do Brasil*. Brasília, EdUNB, 525 p.
- CROUZET, F. 1964. Wars, Blockade, and Economic Change in Europe, 1792-1815. *The Journal of Economic History*, 24(4):567-588. <http://dx.doi.org/10.1017/S0022050700061271>
- DEAN, W. 1971. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Difel, 269 p.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO E BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 21/08/2015.
- DONNELLY, W.J. 1942. *Development since October 12, 1942, in connection with Proclaimed List and Brazilian economic and financial controls*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1942 [U.S. Embassy, Rio de Janeiro, Brazil. Classified General Records, 1941-1963, RG 84, Records of the Foreign Service Posts of the Department of State, Box 17-18, Entry UD 2132, 711.3, Folder 2].
- FAY, C.M.; SCHEMES, C.; PRODANOV, C.C. 2010. Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos do século XX. *História Econômica & História de Empresas*, XIII(1):157-186.
- LUEBKE, F.C. 1987. *German in Brazil: A comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 248 p.
- MacDONALD, N.P. 1940. *Hitler over Latin America*. London, Jarrods Publisher, 259 p.
- MAGALHÃES, M.B. 2004. *Presença alemã no Brasil*. Brasília, EdUnb, 114 p.
- MAGALHÃES, M.B. 1998. *Pangermanismo e nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 258 p.
- MARQUES, T.C.N. 2014. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro, de 1888 ao início dos anos 1930*. Jundiaí/Brasília, Paco Editorial/EdUnb, 342 p.

³² Entrevistas da autora com Hans Heinrich Künning, no Rio de Janeiro, em 23 de março e 27 de julho de 2000.

- OBSERVADOR ECONÔMICO FINANCEIRO. 1939. A lei das Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro, nº 47, p. 19-24, 154-164, dez.
- RINKE, S. 1996. *Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1922*. Stuttgart, Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 836 p.
- SEITENFUS, R.A.S. 1985. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942: O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 488 p.
- SILVA, F.C.T.; FERRER, J.P.; ZHEBIT, A. 2012. Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, 1938-1942. *Diálogos*, 16(2):547-569.
- VINHOSA, F. 1990. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 257 p.
- WILEMAN'S BRAZILIAN REVIEW. 1916. 18 de abril de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=183741&pasta=ano%20191&pesq=18%20de%20abril>. Acesso em: 21/08/2015.
- CORREIO DA MANHÃ. 1942. Toda a América solidária com o Brasil. 25/08/1942, p. 1. Disponível em: <http://hmerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21/08/2015.
- FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES (FRUS). 1942. United States Department of State. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1942*. Volume V: The American Republics. Disponível em <http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS>. Acesso em: 04/2013.
- FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES (FRUS). 1943. United States Department of State. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1943*. Volume V: The American Republics. Disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1943v05>. Acesso em: 04/2013.
- FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES (FRUS). 1945. Berle to the Secretary of State. *Concern of the United States Regarding the Elimination of Axis Interests in Brazil*, March 15, 1945. United States Department of State. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1945*. Volume IX: The American Republics, p. 650-677. Disponível em <http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS>. Acesso em: 04/2013.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. 04/05/1918. Disponível em: <http://hmerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21/08/2015.
- NATIONAL ARCHIVES. 1942a. Accomplishments of Proclaimed List Section, July 1942. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17-18, 711.3, folder 1.4. National Archives, Washington, D.C.
- NATIONAL ARCHIVES. 1942b. Memorandum: Cia. Cervejaria Brahma and its affiliates. December 14, 1942. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17-18, 711.3, folder 1.4, Dec. 14, 1942. National Archives, Washington, D.C.
- NATIONAL ARCHIVES. 1942c. Telegram from Walter J. Caffery to the Secretary of State, January 5, 1942. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17-18, 711.3, folder 1.4; National Archives, Washington, D.C.
- NATIONAL ARCHIVES. 1942d. U.S. Embassy, Rio de Janeiro, Brazil. Classified General Records, 1941-1963, RG 84, Records of the Foreign Service Posts of the Department of State, Box 17-18, Entry UD 2132, 711.3, folder 1.4. National Archives, Washington, D.C.
- NATIONAL ARCHIVES. 1942e. Telegram from John F. Simmons to the Secretary of State, August 24, 1942. American Embassy, Rio de Janeiro, Brazil. List of subjects for 1942 binding under file 713.3, folder 1.4. National Archives, Washington, D.C.
- NATIONAL ARCHIVES. 1942f. Development since October 12, 1942. Economic Defense Commission. U.S. Embassy, Rio de Janeiro. Classified General Records, RG 84, box 17-18, 711.3, folder 1.4. National Archives, Washington, D.C.
- ACERVO BRAHMA. 1912. Relatório ao Conselho Fiscal, 19/10/1912. Caixa 93.
- ACERVO BRAHMA. 1933-1939. Imposto sobre a Renda – dividendos a acionistas residentes no estrangeiro. Caixa 10, pasta 449.
- ACERVO BRAHMA. 1942. Lista de Acionistas conforme aumento de capital efetuado em 17/06/1942. Caixa 49.
- ACERVO BRAHMA. 1940. Lista de Acionistas e Estatutos, 31/05/1940. Caixa 95.
- ACERVO BRAHMA. 1912-1921. Livro de transferência de ações da Cia. Brahma.
- ACERVO BRAHMA. 1943. Tradução juramentada de documento de retirada da Cia. Cervejaria Brahma e suas subsidiárias da “Proclaimed List” norte-americana e da “British Statutory List”, 08/01/1943. Caixa 108.
- ACERVO BRAHMA. 1934-1937 Correspondência entre Hans Stupakoff e a Diretoria da Carteira Cambial do Banco do Brasil. Caixa 97.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. 1915. Correspondência especial, 22/02/1915. Pasta nº 317, 2, 3.
- A MANHÃ. 1942. Propaganda da cerveja Brahma Chopp. Cia. Cervejaria Brahma, Sociedade Anônima Brasileira. 18/10/1942, p. 13. Disponível em: <http://hmerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21/08/2015.
- CORREIO DA MANHÃ. 1942. Restaurante Brahma. Nenhum alemão faz parte da firma proprietária desse conhecido estabelecimento. 25/08/1942, p. 2. Disponível em: <http://hmerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21/08/2015.

Submetido: 09/04/2014

Aceito: 26/05/2015

Teresa Cristina de Novaes Marques
Universidade de Brasília
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte
Departamento de História
70910-900, Brasília, DF, Brasil